CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 10/12/2023 - 05:56

“Direitos humanos se tornaram o principal campo da batalha civilizatória”

»Entrevista | **SILVIO ALMEIDA** | MINISTRO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Em entrevista ao **Correio**, ministro faz um balanço do primeiro ano na pasta e dos 75 anos da Declaração Internacional de Direitos Humanos em meio à polarização entre esquerda e direita, e admite que o maior desafio acaba de começar: ser pai de uma menina

“O povo tem de ser protegido”

» HENRIQUE LESSA
» ROSANE GARCIA
» MARIANA NIEDERAUER

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 75 anos hoje. Promulgado em 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU), o documento tem princípios basilares para uma convivência harmônica de todos os povos do planeta: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos". Mas, nessas sete décadas e meia, Brasil e várias nações ainda não conseguiram vencer os obstáculos para cumprir esse objetivo de tornar as sociedades mais fraternas.

Em entrevista ao **Correio**, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, comenta sobre as ações do governo na defesa desses princípios, construídos no momento em que o mundo ainda estava horrorizado com a tragédia da Segunda Guerra Mundial, e defende a soberania do povo. "O povo tem de ser protegido", frisa. Ele destaca que o combate às discriminações passa a ser "uma questão fundamental na luta dos direitos humanos".

O ministro reconhece os desafios na área em um ambiente polarizado. Além disso, atribui os ataques da oposição à pressão contra a política da pasta que comanda. "Não acho que eles me escolheram como alvo, acho que a questão é a política de direitos humanos. A estratégia deles é dizer que os problemas do Brasil decorrem da política de direitos humanos, que ela abre espaço para a criminalidade, mas é o contrário", afirma.

Acadêmico e pesquisador da questão racial, Almeida diz que o combate ao racismo é fundamental para o cumprimento do compromisso do país com os direitos humanos e defende uma reforma urgente no atual modelo carcerário, mas a privatização é inaceitável. Em relação à discussão com o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), na última semana, no Congresso Nacional, afirma ser hipocrisia o questionamento do parlamentar sobre a autodeclaração do ministro Flávio Dino como pardo. "Eles só querem criar constrangimento", destaca, referindo-se ao deputado e ao grupo da extrema direita.

Para o ministro, 2023 foi um ano de trabalho intenso, mas de uma grande alegria e o maior desafio: o nascimento da primeira filha, Anesu.

Leia os principais trechos da entrevista realizada na última quinta-feira (7) e veja a íntegra no Podcast do **Correio** nas redes sociais.

Ed Alves/CB/DA Press

Este domingo é o dia dos Direitos Humanos. Qual a programação para a data?

Setenta e cinco anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É um privilégio poder ser ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania do meu país neste momento de celebração. Esses 75 anos marcam uma conquista muito importante da humanidade, depois de um momento muito difícil, em que a própria noção de humanidade teve de ser reconfigurada, depois de tudo o que vivenciamos nas duas grandes guerras, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. Foi um momento de repensar. Muitas questões que, hoje, consideramos fundamentais no campo dos direitos humanos se colocaram com muita força, como a questão racial. A luta contra as discriminações, todas elas, passam a ser uma questão fundamental na luta dos direitos humanos. Mais do que isso, passaram a ser um compromisso dos Estados em relação à proteção desses grupos minoritários, historicamente discriminados. A gente tem de pensar nessa efeméride em relação aos problemas que o Brasil enfrenta. Temos várias coisas programadas, desde eventos de comemoração, que fazem parte de uma recomposição do imaginário social, de uma simbologia.

Direitos humanos são transversais, mas são de esquerda ou de direita?

Eu tenho dito que o campo dos direitos humanos se tornou o principal campo da batalha civilizatória do nosso tempo. Eu digo isso não apenas baseado na experiência como ministro, mas olhando também para tudo o que tem acontecido no mundo nos últimos anos, com a ascensão da extrema-direita, com a renovação dos imperetos fascistas. E lembrando que foi contra o fascismo que se ergueu toda a proteção dos direitos humanos. As crises que estamos enfrentando, econômicas, das instituições políticas capazes de apaziguar os conflitos sociais, tudo isso, tem aberto um espaço que faz com que algumas pessoas questionem quem é humano e quem não é. É isso o que está em jogo: determinar quem faz parte da humanidade e quem não faz parte da humanidade; quem pode ser exterminado e quem pode continuar vivo; quem vai ser abandonado e quem pode viver em um mundo com dignidade. Esse é o ponto e, embora exista essa distinção entre esquerda e direita, e isso ainda tenha um sentido no nosso mundo, não é esse o caso. Então, quando alguém me pergunta o que são os direitos humanos, eu falo o seguinte: "Você se incomoda quando vê alguém sofrendo?" Se você acha que uma pessoa tem que ter o direito a comer, a cuidar da sua família, a ter um teto sobre a sua cabeça, a morar com dignidade; que uma mulher possa ter segurança, que ela possa andar nas ruas sem medo de ser violentada, sem medo de ser agredida; que um trabalhador, uma trabalhadora tem que ter direito ao salário digno, tem que ter direito a criar sua família com decência, a ter um descanso, a poder ter esperança... Eu sempre junto os direitos humanos com a esperança, e se a gente acha que as pessoas têm de ter direito a esperar uma vida melhor, uma vida digna, a ter saúde, a ter educação, se você comunga isso comigo, independentemente da sua posição política, não importa se você é de direita ou de esquerda: nós temos alguma coisa em comum, nós temos a defesa dos direitos humanos como algo que nos é fundamental.

Uma comissão da ONU está avaliando a situação dos direitos humanos no Brasil. O senhor teve contato com esses enviados?

Ainda não, mas estou sempre à disposição para conversar. Olha que curioso, mesmo nos tempos mais sombrios da nossa história, o Brasil sempre se notabilizou pela sua inserção no sistema internacional de direitos humanos. Nós ratificamos algumas convenções internacionais ainda nos anos 1964, 1965. O país tem essa tradição de ser um ator importante no campo dos direitos humanos. E, quando a gente vai para o campo Internacional falar a respeito disso, de alguma maneira, isso ajuda a pressionar as autoridades brasileiras a olharem para aquelas pessoas que estão sendo historicamente discriminadas. Veja o caso dos Ianomâmi no início do ano: foi depois de uma decisão, de uma medida cautelar, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ignorada pelo governo anterior, que ficamos sabendo de tudo o que estava acontecendo no território Ianomâmi. Então, a atuação internacional, ao contrário de submeter a nossa soberania, ela fortalece a nossa soberania, porque não existe sentido em falar de soberania sem o povo. O povo tem de ser protegido, o povo é soberano. Nós temos que proteger o povo brasileiro.

A maioria da população carcerária é negra e boa parte dela sem sentença. Como explicar isso?

Nós entramos num problema muito sério, um problema que o Brasil vai ter de discutir com seriedade. O presidente Lula teve a intuição de pensar nisso, mas agora nós estamos vendo que essa coisa vai ficar muito pior. Não estamos mais falando de esquerda e de direita. Quem acha que vamos conseguir criar um país, minimamente decente, pacífico e livre do crime organizado com esse sistema carcerário que nós temos, essa pessoa não é nem de esquerda, nem direita: essa pessoa é alucinada. Essa pessoa quer que o país se afunde em sangue e em fogo. O que está organizando o crime organizado no Brasil é justamente a situação que nós vivemos no sistema carcerário. Nós não podemos continuar desse jeito.

Essa situação não é fruto da guerra às drogas?

Sim, essa é uma questão de política criminal, não é só o sistema carcerário em si. Mas é a maneira com que o sistema carcerário é administrado, a maneira como as pessoas são inseridas nesse sistema. Onde é que o crime organizado entra? Onde o Estado está ausente. Isso é o que a gente sempre fala. E onde o Estado está ausente? Por incrível que pareça, o Estado está ausente no sistema carcerário, e por isso está virando uma escola do crime. Não é só do ponto de vista do recrutamento de jovens, de uma juventude pobre, que depois se tornam bandidos perigosíssimos; estou dizendo do ponto de vista da formulação de uma ideologia que vai alimentando discursos cada vez mais autoritários e aprofundando esses elementos estruturais.

> O que está em jogo: determinar quem faz parte da humanidade e quem não faz parte da humanidade; quem pode ser exterminado e quem pode continuar vivo"

> "Essa sociedade 'normal' não é normal, é politicamente construída e internalizada ideologicamente para que nos pareça algo natural"

São 561 mil detentos negros em uma população de 830 mil presos, 370 mil destes ainda sem uma decisão judicial final. Isso não consolida uma expressão de racismo?

É isso, e isso não serve para ninguém. O que acontece dentro do sistema carcerário acaba se espalhando para o resto da sociedade brasileira, para as periferias. A lógica de funcionamento desse sistema acaba indo para a periferia, nos lugares onde não existe Estado, e isso vai alimentando o crime organizado. Onde tem a ausência do Estado? Dentro do sistema carcerário e nas periferias. É lá onde tem organização criminosa do tráfico, onde tem milícia, que se alimenta também dessa situação. E isso vai também reverberando na vida dos seres humanos que merecem todo o nosso respeito, consideração, que são os policiais. Os policiais também são vítimas disso, muitos desses policiais, que são trabalhadores, têm que esconder a farda para ir a esses lugares onde o crime organizado comanda e onde o Estado está ausente. Se a gente não começar a olhar isso de maneira científica — com ciência, e não apenas com ideologia —, nós não vamos conseguir fazer do Brasil um país decente. Nós precisamos olhar para o sistema carcerário e o que está acontecendo lá: falta saúde, tem um índice de tuberculose dentro das unidades prisionais — 75% maior do que na população em geral — e morrem 22 mil pessoas por ano dentro do sistema. Morre-se muito sob a custódia do Estado, morre-se de doença, por violência, são 60 por dia dentro do sistema carcerário. E estou falando de unidades socioeducativas e unidades prisionais, os problemas são quase os mesmos. Se sabe o que está acontecendo, por que não se faz nada? Porque não se quer.

E a privatização dos presídios?

Isso é inaceitável, essa é uma não-discussão. Quando geralmente se fala em privatização, é para tornar as coisas mais eficientes, melhores. Mas não existem exemplos no mundo em que se torna melhor.

Na posse, o senhor falou no estatuto da vítima, mas o bandido é vítima e também faz vítimas. Como vai ser esse estatuto?

Vamos ter ao menos três programas de cuidados para as vítimas de violência, que englobam todas essas questões, ou seja, fortalecem um sistema que há no ministério. As pessoas falam que o Ministério dos Direitos Humanos só cuida de bandido. Isso não é verdade! O nosso maior orçamento é com as vítimas. São os programas de proteção a pessoas ameaçadas: são programas de proteção a defensores de direitos humanos, ambientalistas e comunicadores; são os programas de proteção a crianças ameaçadas de morte. A gente cuida de pessoas que são vítimas, pessoas que são expostas à violência. Temos a nossa Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que cuida das políticas para a infância. O nosso foco fundamental é a primeira infância. Que bandido que a gente está falando na primeira infância? Também temos uma Secretaria Nacional das Pessoas Idosas; uma Secretaria Nacional das Pessoas LGBTQIA+, as pessoas que mais morrem, o grupo que é assassinado, violentado, principalmente as pessoas trans. O que está por trás desse discurso de que direitos humanos só protegem o bandido é justamente abrir espaço para a bandidagem. Quem fala que os direitos humanos são

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 2 e 3

Copyright © Clipclap 2026.